

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA
REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2007.**

Aos treze dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Guarda, conforme Edital Publicado em 11 de Abril de 2007, com a presença dos seguintes elementos: -----

Joaquim Carlos Dias Valente, Presidente, Virgílio Edgar Garcia Bento, Vitor Manuel Fazenda dos Santos, Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso, José António Almeida Gomes e João Manuel Costa do Rosário Bandurra, Vereadores. -

FALTAS

Verificou-se a falta da Senhora Vereadora Maria de Lurdes Saavedra Ribeiro tendo a Câmara considerado a mesma justificada. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quorum o Excelentíssimo Presidente declarou aberta a reunião quando eram dezoito horas. -----

Seguidamente o senhor Presidente colocou à discussão e votação os pontos agendados na ordem de trabalhos.-----

1 – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA GUARDA DO ANO DE 2006: -----

Foram presentes para discussão e votação os documentos de prestação de contas do Município da Guarda respeitante ao ano de 2006. -----

Os documentos consideram-se integralmente reproduzidos fazendo parte integrante da presente acta e ficam arquivados na pasta de documentos respeitante a esta reunião, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

2 – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA DO ANO DE 2006: -----

Foram presentes para discussão e votação os documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal da Guarda respeitante ao ano de 2006. -----

Os documentos consideram-se integralmente reproduzidos fazendo parte integrante da presente acta e ficam arquivados na pasta de documentos respeitante a esta reunião, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

O senhor Presidente usou da palavra para fazer a apresentação do documento agendado no ponto 1 e prestado os esclarecimentos considerados necessários posto o que colocou o mesmo à votação. -----

A senhora Vereadora Ana Manso interveio para propor que os pontos 1 e 2 fossem apreciados em conjunto, o que foi aceite. -----

Seguidamente o senhor Presidente solicitou ao senhor Director Financeiro para prestar alguns esclarecimentos técnicos sobre o documento, agendado no ponto 1, o que foi feito. -----

O senhor Vereador Vitor Santos usou da palavra para fazer a introdução do documento agendado no ponto 2 tendo prestado os esclarecimentos considerados necessários. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que, congratulando-se com a rapidez com que os documentos havia sido elaborados e entregues para apreciação dos Senhores Vereadores, referiu nada ter a apontar, uma vez que os mesmos cumprem o POCAL, respeitando as suas regras, estando as contas de acordo com o legalmente exigido.-----

Postos à votação a Câmara deliberou aprovar os documentos por maioria, com três votos a favor do senhor Presidente e dos senhores Vereadores Virgílio Bento e Vítor Santos e três votos contra dos senhores Vereadores Ana Manso, José Gomes e João Bandurra.-----

O senhor Presidente usou do voto de qualidade.-----

Deliberou ainda submeter os documentos à discussão e votação da Assembleia Municipal.-----

A senhora Vereadora Ana Manso ditou para a acta a seguinte declaração de voto: --

Declaração de Voto

Defendemos e assumimos, no orçamento 2006, que era saudável para as contas da Autarquia que o valor da receita diminuísse para o aproximar dos valores reais. De facto, em termos orçamentais, a receita passou de cerca de 88,5 milhões de euros em 2005 para 75,15 milhões de euros em 2006, isto é uma diminuição de 15%.-----

Ao analisar a conta de gerência, infelizmente, verificamos que comparando 2005 com 2006, o valor global da receita (corrente mais capital) diminuiu 0,43%. Ou seja, o que seria desejável era que se diminuísse o orçamento, como de facto se verificou, e se dinamizasse a cobrança da receita, no sentido de a médio prazo termos uma convergência entre os valores globais do orçamento e da conta de gerência.-----

Não tendo agido dessa forma, a Câmara Municipal da Guarda continuou a não conseguir aproximar o exercício do valor orçamentado, perdendo-se assim, por má gestão, a virtualidade que tinha o orçamento. -----

Por outro lado a dívida orçamental em 31 de Dezembro de 2006 era de quase 24,5 milhões de euros, quando dois anos antes era apenas 16,9 milhões de euros e ano antes era de 20,7 milhões de euros, o que quer dizer que de ano para ano a dívida orçamental da Câmara Municipal da Guarda cresce cerca de 3,7 milhões de euros, o que denuncia e espelha a falta de saúde financeira da Câmara.-----

Ou seja a dívida da Câmara Municipal da Guarda – 24,5 milhões de euros – continua preocupante, não contando com mais 5,8 milhões de euros que são os compromissos assumidos e que ainda não foram pagos. Continuamos pois com uma situação financeira gravíssima para a Câmara Municipal da Guarda, o que denota entre outros um verdadeiro descontrolo de gestão. -----

O Município da Guarda é um município de média dimensão. Em 2004 os municípios de média dimensão tiveram um nível de execução orçamental de 62%. No mesmo ano o Município da Guarda teve uma execução de 40%, mantendo o mesmo nível de execução em 2006, ou seja a Guarda continua longe dos níveis médios de execução orçamental recomendáveis e existentes em municípios da sua dimensão.-----

Reflectindo as contas, o desempenho sob o ponto de vista financeiro e económico da autarquia, continua a verificar-se uma estrutura de custo com a qual não concordamos, nomeadamente os custos operacionais (FSE), que ultrapassa os 6.300,00 Euros.-----

Continuamos, como antes, a defender a derrama 0 e pelos mesmos motivos que se prendem com a necessidade de atrair novos investidores e motivar e dinamizar o débil tecido empresarial. -----

No que diz respeito às transferências para as freguesias, houve um corte de 32,06% o que significa que as mesmas continuam a ser altamente penalizadas, sacrificando a sua inclusão no processo de desenvolvimento sustentável do concelho. -----

Na área social deparamo-nos com uma diminuição de 19,81%, em termos médios, o que é caso para dizer que para a gestão do executivo socialista da Câmara Municipal da Guarda, não há vida, não há pessoas para além do orçamento, para além dos números. -----

Na verdade a área social, que deveria merecer uma preocupação particular para o executivo, dados os fracos rendimentos das pessoas e famílias do interior, ao invés, foi neste exercício altamente penalizada. Apenas a título de exemplo, e sem necessidade de outros considerandos, dada a clareza e frieza dos números temos que:-----

- Nos serviços individuais de saúde verificamos uma diminuição de 79%;-----
- Uma diminuição de 20,38% na acção social;-----
- Na habitação menos 33,92%;-----
- No ordenamento do território menos 36,04%; -----
- Na protecção do meio ambiente e conservação da natureza uma diminuição de 41,20%;-----
- O mesmo se passa em relação ao desporto, recreio e lazer com menos 18,62%.----

Temos um Interior cada vez mais abandonado e mais maltratado e, a continuarmos com políticas destas, um Concelho que, mais dia, menos dia, será terra de quase nada e de quase ninguém. -----

Sendo as mesmas as premissas que enfermam a conta de gerência do SMAS, aduzimos aqui as razões já invocadas supra, às que juntamos todas aquelas que ao longo do ano fomos exprimindo em reuniões do executivo, como é o caso da nossa não concordância com os tarifários, que sustentam e estão na base dos resultados obtidos e no conseqüente agravamento da situação económica das famílias do nosso concelho.-----

Face a todo o exposto, e, não concordando com o modelo de gestão subjacente à actividade desenvolvida e que reflecte a adopção de soluções políticas e de prioridades que se afastam da resolução dos verdadeiros problemas dos munícipes e do concelho e porque a execução diverge da linha de orientação explanada no Orçamento, os Vereadores do PSD votam contra o Relatório e Contas do Município da Guarda e o Relatório e Contas do Serviços Municipalizados da Câmara Municipal da Guarda.” -----

3 – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA REVISÃO N.º1 DAS GOP’S E DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DA GUARDA DO ANO DE 2007:-----

Foi presente para discussão e votação a Revisão n.º1 das GOP’S e do Orçamento do Município da Guarda do ano de 2007. -----

O senhor Presidente fez a introdução do documento tendo prestado os esclarecimentos considerados necessários, posto o que colocou o mesmo à votação.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que esclareceu que a matéria está suficientemente clara, pelo que quer em relação às GOP’s quer em relação à

matéria em análise, os Senhores Vereadores votariam favoravelmente, porque considera, ser um investimento, uma opção de crescimento e desenvolvimento, que tem a ver com áreas que necessitam de melhorias, no âmbito do bem estar e a segurança das pessoas, nomeadamente na rotunda do Zâmbito, no Bairro de S. Domingos, melhorias essas para as quais referiu que os Senhores Vereadores do P.S.D. também lutaram, para que se concretizassem, pelo que fazia todo o sentido essa preocupação.-----

Relativamente ao Orçamento, referiu que o mesmo é a compensação, que inclui as modificações feitas em reunião, que faziam parte do Plano, motivo pelo qual disse ter apreciado os dois assuntos em simultâneo.-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a Revisão n.º1 das GOP'S e do Orçamento do Município da Guarda do ano de 2007.-----

Deliberou ainda submeter os documentos à discussão e votação da Assembleia Municipal.-----

3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PRESTAR POR UM REVISOR OFICIAL DE CONTAS AO MUNICÍPIO DA GUARDA: -----

Foi presente de novo o processo respeitante ao assunto em epígrafe agora acompanhado de um ofício da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas no qual se dá conta de algumas ilegalidades constantes no processo.-----

O senhor Presidente interveio para solicitar ao senhor Director Financeiro alguns esclarecimentos sobre esta matéria, o que foi feito.-----

A senhora Vereadora Ana Manso usou da palavra para suscitar a atenção da Câmara para estas situações deixando a nota de que no futuro estas propostas sejam melhor fundamentadas e preparadas antes de submetidas ao Executivo. -----

O senhor Vereador João Bandurra também chamou a atenção da Câmara para alguma precipitação havida neste processo e que levou a que o mesmo tivesse que ser anulado. -----

A Câmara deliberou anular o procedimento de consulta prévia para aquisição dos serviços do ROC. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações em que não é feita referência à votação foram tomadas por unanimidade tendo esta acta sido aprovada em minuta para efeitos de eficácia e executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar o Excelentíssimo Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada por ele, pelos senhores Vereadores presentes e por mim

Director de Departamento Administrativo que a subscrevi. -----